



Avaliação do conhecimento de mães e/ou responsáveis a respeito da vacinação infantil

Assessment of knowledge of mothers and/or guardians regarding child vaccination

Evaluación del conocimiento de las madres y/o tutores sobre vacunación infantil

Ana Luiza de Lima¹, Bruna Videira da Silva², Fernanda Daniela Dornelas Nunes³, Alisson Júnior dos Santos⁴, Gabriela da Cunha Januário⁵

¹Santa Casa de Alpinópolis, Alpinópolis, Minas Gerais, Brasil.

²Secretaria Municipal de Saúde, São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil.

³Universidade do Estado de Minas Gerais, Passos, Minas Gerais, Brasil

⁴Universidade do Estado de Minas Gerais, Passos, Minas Gerais, Brasil

⁵Universidade do Estado de Minas Gerais, Passos, Minas Gerais, Brasil

RESUMO

Introdução: A prática da vacinação infantil caracteriza-se por ser uma medida de eficácia na prevenção de doenças imunopreveníveis, sendo uma das principais ações de promoção de saúde ofertadas na rede pública do país. Todavia, nota-se que, para uma adequada adesão ao esquema vacinal completo é importante a compreensão das mães e/ou responsáveis acerca da relevância da prática de vacinação infantil, bem como os efeitos positivos que ela oferece.

Objetivo: avaliar o conhecimento das mães e/ou responsáveis a respeito da vacinação infantil em uma sala de vacina no interior de Minas Gerais.

Métodos: Trata-se de uma pesquisa descritiva, de natureza quantitativa, a ser realizada mediante a coleta de dados por meio de um questionário sociodemográficos. Os dados coletados foram descritos utilizando-se o Índice de Validade de Conteúdo, para validação do instrumento elaborado, e análise descritiva simples. Todos os aspectos éticos foram resguardados, respeitando-se as recomendações da Resolução nº 466 de 2012, que dispõe sobre pesquisas envolvendo seres humanos.

Resultados: Os resultados desta pesquisa foram apresentados em duas etapas. A primeira consistiu nas mudanças sugeridas pelo Comitê de Juízes em relação ao questionário sobre o conhecimento de mães e/ou responsáveis a respeito da vacinação infantil, apresentando alto nível de concordância entre os juízes. Já a segunda etapa envolveu a aplicação do instrumento às mães e/ou responsáveis pelas crianças de zero a 1 ano, 11 meses e 29 dias.

Conclusão: A partir dos resultados encontrados foi possível observar que a maioria da população estudada possui um bom conhecimento sobre o calendário vacinal infantil, contudo ainda apresenta dificuldade em relacionar quais patologias determinadas vacinas conferem imunidade. Neste contexto, por se tratar de um tema relevante para a saúde pública, é necessário que os gestores realizem práticas de educação em saúde, visando melhorar o conhecimento deste público e consequente sensibilização quanto a importância da vacinação infantil.

Palavras-chave: vacinação infantil; conhecimento materno; cobertura vacinal.

ABSTRACT

Introduction: Childhood vaccination is an effective measure in preventing vaccine-preventable diseases and is one of the main health promotion actions offered by the country's public health system. However, it is important for mothers and/or guardians to understand the relevance of childhood vaccination and its positive effects in order to ensure adequate adherence to the complete vaccination schedule.

Objective: to assess the knowledge of mothers and/or guardians about childhood vaccination in a vaccination room in the interior of Minas Gerais.

Methods: This is a descriptive, quantitative study to be conducted by collecting data through a sociodemographic

questionnaire. The data collected were described using the Content Validity Index to validate the instrument developed, and simple descriptive analysis. All ethical aspects were respected, respecting the recommendations of Resolution No. 466 of 2012, which provides for research involving human beings

Results: The results of this study were presented in two stages. The first stage consisted of changes suggested by the Committee of Judges in relation to the questionnaire on the knowledge of mothers and/or guardians regarding childhood vaccination, which showed a high level of agreement among the judges. The second stage involved applying the instrument to mothers and/or guardians of children aged zero to 1 year, 11 months and 29 days.

Conclusion: Based on the results found, it was possible to observe that the majority of the population studied has good knowledge about the childhood vaccination schedule, but still has difficulty in relating which pathologies certain vaccines confer immunity to. In this context, since this is a relevant topic for public health, it is necessary for managers to carry out health education practices, aiming to improve the knowledge of this public and consequently raise awareness about the importance of childhood vaccination.

Keywords: childhood vaccination; maternal knowledge; vaccination coverage.

RESUMEN

Introducción: La práctica de la vacunación infantil se caracteriza por ser una medida eficaz en la prevención de enfermedades prevenibles mediante vacunación, siendo una de las principales acciones de promoción de la salud que se ofrecen en la red pública del país. Sin embargo, se señala que, para una adecuada adherencia al esquema completo de vacunación, es importante que las madres y/o tutores comprendan la relevancia de la práctica de la vacunación infantil, así como los efectos positivos que ofrece.

Objetivo: evaluar el conocimiento de madres y/o tutores sobre la vacunación infantil en una sala de vacunación del interior de Minas Gerais.

Métodos: Se trata de una investigación descriptiva, de carácter cuantitativo, que se realizará mediante la recolección de datos a través de un cuestionario sociodemográfico. Los datos recolectados fueron descritos mediante el Índice de Validez de Contenido, para validar el instrumento desarrollado, y análisis descriptivo simple. Se protegieron todos los aspectos éticos, respetando las recomendaciones de la Resolución N° 466 de 2012, que prevé investigaciones con seres humanos.

Resultados: Los resultados de esta investigación se presentaron en dos etapas. El primero consistió en cambios sugeridos por el Comité de Jueces en relación al cuestionario sobre conocimientos de madres y/o tutores sobre vacunación infantil, mostrando un alto nivel de acuerdo entre los jueces. La segunda etapa implicó la aplicación del instrumento a madres y/o tutores de niños de cero a 1 año, 11 meses y 29 días.

Conclusión: De los resultados encontrados se pudo observar que la mayoría de la población estudiada tiene buen conocimiento sobre el calendario de vacunación infantil, sin embargo aún tienen dificultades para relacionar qué patologías determinadas vacunas confieren inmunidad. En este contexto, por tratarse de un tema relevante para la salud pública, es necesario que los gestores realicen prácticas de educación en salud, con el objetivo de mejorar el conocimiento de ese público y la consecuente conciencia sobre la importancia de la vacunación infantil.

Palabras-clave: vacunación infantil; conocimiento materno; cobertura de vacunación

INTRODUÇÃO

A prática da vacinação, particularmente na primeira infância, vem compondo cada vez mais um caráter relevante na prevenção de doenças infecciosas, em que, em um passado recente, causaram sequelas e levaram a óbito milhares de crianças no Brasil e no mundo. Visando controlar e erradicar estas enfermidades, o Ministério da Saúde (MS), em 1973, lançou o Programa Nacional de Imunizações (PNI), que, até os dias atuais, alcança respostas significativas no monitoramento de doenças imunopreveníveis, objetivando ofertar vacinas com qualidade à população de modo gratuito e sistêmico (GUGEL et al., 2021).

Atualmente, 48 imunobiológicos são distribuídos anualmente pelo PNI, sendo oferecidas vacinas para todas as faixas etárias, desde recém-nascidos até idosos, gestantes e população indígena (BRASIL, 2022). Como resultado da expansão e consolidação do programa, pode-se citar algumas doenças erradicadas no Brasil, como a varíola em 1973, a poliomielite em 1989, o sarampo em 2016, além da redução de casos de difteria, coqueluche, tétano neonatal e accidental (BRASIL, 2022). Assim, foi possível observar o rápido impacto na diminuição das doenças imunopreveníveis, modificando completamente o cenário epidemiológico do país, ao longo das últimas quatro décadas.

Entretanto, a medida em que a incidência destas doenças passou a diminuir, devido as elevadas taxas de coberturas vacinais, em especial a partir dos anos de 2000, muitas doenças tornaram-se desconhecidas, como febre amarela e sarampo, ocasionando o desconhecimento de alguns indivíduos quanto a sua gravidade. Assim, a necessidade de imunização para sua prevenção não tão eminentes, causou a redução das coberturas vacinais (GARCIA et al., 2020).

Sabe-se que devido a diversos fatores socioeconômicos, e causas relacionadas a crenças, superstições, mitos e fakenews, muitas crianças ainda deixam de ser vacinadas expondo-se a doenças graves, que podem levar a óbito (MARTINS; SANTOS; ÁLVARES, 2018). Ademais, mesmo após a introdução da vacinação infantil, aproximadamente dois milhões de crianças ainda morrem anualmente por doenças imunopreveníveis no mundo, o que torna necessário a constante discussão do tema na atualidade (BARBIERI; COUTO; AITH, 2017).

Neste contexto, atualmente, o país tem relatado um surto de sarampo, com a reintrodução da doença, o que pode ser justificado pela queda na cobertura vacinal da população brasileira. Uma pesquisa encontrada na literatura revelou que entre 2011 e 2020, ocorreram 2.724 internações hospitalares decorrentes do sarampo no Brasil, e crianças menores de um ano tiveram incidência maior, com 1015 casos notificados, o que representa 37,2% (SILVA et al., 2024).

Corroborando com esta informação, uma pesquisa realizada demonstrou que, em 2015, 96,1% do público-alvo havia tomado a primeira dose da vacina tríplice viral, imunizante que confere proteção ao sarampo, caxumba e rubéola; e 71,5%, a segunda dose. Já em 2021, a cobertura nacional da primeira dose da vacina foi de 71%; a da segunda, de 50%, demonstrando-se a abrupta queda nos índices de vacinação (ABREU et al., 2022; BRASIL, 2022). Outro estudo também ressaltou que é importante realizar o monitoramento no Brasil da homogeneidade da cobertura vacinal contra o sarampo, uma vez que possibilitará a identificação de áreas mais vulneráveis e com maior risco para propagação da doença (SATO et al., 2023).

Com o intuito de atuar diretamente sobre os casos reincidentes de doenças já erradicadas, os profissionais da saúde devem assumir o papel de divulgar informações verídicas, em relação aos benefícios da vacinação, com embasamento científico sobre o tema e comprometimento ético e profissional junto à sociedade (OLIVEIRA et al., 2016; OLIVEIRA et al., 2019). Assim, a realização deste estudo, torna-se relevante, uma vez que entender o conhecimento das mães e/ou responsáveis a respeito da vacinação infantil permite ações futuras de educação em saúde voltados a este público. Portanto, o objetivo deste estudo foi avaliar o conhecimento das mães e/ou responsáveis a respeito da vacinação infantil em uma sala de vacina no interior de Minas Gerais.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, de natureza quantitativa. O cenário escolhido, foi uma das oito unidades de sala de vacina, pertencente à rede pública da cidade de Passos-Minas Gerais (MG). A presente unidade é referência para a população total do município, que está localizado no interior do

estado de MG, pertencente a mesorregião do sul e sudoeste de Minas, com uma população estimada de 115.970 habitantes, segundo dados do IBGE (2021). A realização da pesquisa ocorreu entre os meses de maio a dezembro de 2022.

A população do estudo envolveu mães e/ou responsáveis de crianças de 0 a 1 ano, 11 meses e 29 dias de vida, pertencentes ao município citado. Como critérios de inclusão, foram selecionadas mães e/ou responsáveis maiores de 18 anos, com ausência de doenças mentais e que possuíssem condições adequadas para responder ao questionário no momento da entrevista. Para validação do questionário elaborado pelas próprias autoras foram convidados cinco profissionais da área de enfermagem, especialistas em vacinação, para compor o Comitê de Juízes.

O estudo contemplou duas etapas, sendo a primeira constituída pela validação de face e conteúdo do questionário com nove questões fechadas, elaborado pelas próprias autoras, a respeito do conhecimento de mães e/ou responsáveis acerca da vacinação infantil. Para coleta de dados inicialmente foi enviado um convite, via e-mail, para cinco enfermeiras especialistas na temática estudada, e mediante aceite, foi enviado pelo Google Forms, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o questionário sociodemográfico e um instrumento com perguntas relacionadas à compreensão das questões.

A validação de face e conteúdo é necessária para certificar que os itens foram descritos de maneira compreensível para o público-alvo. Em um segundo momento, a coleta de dados foi realizada na sala de vacina, de forma presencial, resguardando a privacidade e identidade dos participantes. O pesquisador foi até o local e mediante apresentação do estudo, solicitou assinatura da mãe e/ou responsável no TCLE. No momento da coleta de dados, foram apresentados o questionário sociodemográfico e o instrumento validado.

Para as modificações propostas pelo Comitê de Juízes, composto por cinco enfermeiras, foi adotado o nível de concordância de 80% e o Índice de Validade de Conteúdo (IVC-I) de cada item e da média geral do instrumento. Esta medida é feita por meio da proporção de juízes que obtiveram consenso quanto aos itens do instrumento, e foi calculado utilizando-se a soma do número de juízes que marcaram 3 (item que necessita de pequena revisão para ser representativo) ou 4 (item relevante ou representativo), dividido pelo número total de participantes que responderam ao item em questão (POLIT; BECK, 2004).

Inicialmente os dados coletados foram duplamente digitados no Microsoft Excel, e posteriormente codificados. Em um segundo momento foi realizada uma análise descritiva envolvendo as variáveis do estudo, com média, frequências absolutas, relativas e porcentagens.

O presente estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição proponente, e todos os aspectos éticos foram resguardados, seguindo as recomendações da Resolução nº 466 de 2012, que dispõe sobre pesquisas envolvendo seres humanos. As mães e/ou responsáveis foram convidados a participar da pesquisa onde foram informados sobre o objetivo do projeto, riscos e benefícios. A pesquisa foi aprovada pelo CEP com o parecer de n.º 5.608.607 em 27 de agosto de 2022.

RESULTADOS

Os resultados desta pesquisa foram apresentados em duas etapas. A primeira etapa consistiu nas mudanças sugeridas pelo Comitê de Juízes em relação ao questionário sobre o conhecimento de mães e/ou responsáveis a respeito da vacinação infantil (Quadro 1).

Quadro 01 - Questões elaboradas pelos autores e as alterações realizadas pelos juízes para validação de face e conteúdo do instrumento. Passos-MG, Brasil. 2022

Questões	Versão criada pelos autores	Versão final após consentimento dos juízes
----------	-----------------------------	--

1	Você sabe a importância da vacinação? ()Sim () Não sei mas gostaria de conhecer () Não acho importante saber () Sou contra a vacinação	Sem alterações
2	Você conhece o Calendário Vacinal Infantil de zero a 1 ano e 11 meses e 29 dias? () Sim () Não () Não mas gostaria de conhecer	Você conhece o Calendário Vacinal Infantil de zero a 1 ano, 11 meses e 29 dias?
3	Quantas vacinas a crianças de zero a 1 ano, 11 meses e 29 dias deve tomar? () 6 ou 7 () 10 ou 11 () 15 ou 16 () Não sei	Quantas vacinas uma criança de zero a 1 ano, 11 meses e 29 dias deve tomar?
4	A vacina BCG atua na prevenção de qual doença? () Poliomielite () Pneumonia () Tuberculose () Não sei	Sem sugestões
5	A vacina DTP atua na prevenção de quais doenças? () Meningite, caxumba e coqueluche () Difteria, tétano e coqueluche () Difteria, sarampo e rubéola () Não sei	Sem sugestões
6	De acordo com seu conhecimento, as vacinas são produzidas a partir de: () Vírus ou bactérias () Bactérias ou fungos () Vírus ou fungos () Não sei	Sem sugestões
7	Você sabe o que é evento adverso? () Sim () Não	Você sabe o que é reação adversa?
8	Você sabe quais são os eventos adversos mais comuns que as crianças podem ter após a vacinação? () Febre, dor local e vermelhidão () Febre, paralisia e tosse () Dor local, erupções e dor de garganta () Não sei	Você sabe quais são as reações adversas mais comuns que as crianças podem ter após a vacinação? () Febre, dor local e vermelhidão () Febre, paralisia e tosse () Dor local, erupções de pele e dor de garganta () Não sei
9	Você acha que a vacina pode trazer riscos para a criança? () Sim () Não () Não sei	Sem sugestões

Fonte: Elaborada pelos próprios autores, 2022.

Para calcular o nível de concordância dos juízes para cada questão do instrumento, foi utilizado o IVC-I (Tabela 1). Sua pontuação foi de 1 para todas as questões, apresentando alta concordância entre os especialistas.

Tabela 1 - Índice de validade de conteúdo (IVC-I) para a validação de face e conteúdo realizada pelos juízes. Passos, MG, Brasil, 2022

Questão	IVC-I	Questão	IVC-I	Questão	IVC-I	Questão	IVC-I
Questão 1	1	Questão 2	1	Questão 3	1	Questão 4	1
Questão 5	1	Questão 6	1	Questão 7	1	Questão 8	1
Questão 9	1						

Fonte: Elaborada pelos próprios autores, 2022.

Após a validação do questionário, a segunda etapa dos resultados consistiu na sua aplicação. Ao total participaram da pesquisa 82 responsáveis que compareceram à sala de vacinação no período de coleta de dados, sem nenhuma recusa. Em relação às características sociodemográficas da população abordada, a maioria das crianças eram do sexo masculino (54,9%), com idade maior que um mês e menor e/ou igual a seis meses (41,1%). Quanto aos responsáveis, mais da metade foram mães que responderam ao questionário (85,4%), com faixa etária de 26 a 35 anos, sendo 57,3% mães de filho único.

Em relação ao grau de instrução, a maioria possui ensino superior (45,1%), seguida por ensino médio completo (30,5%). No quesito renda familiar mensal, 30,5% dos responsáveis possuem renda de R\$1.501,00 a R\$3.000,00 mensais. Por fim, foi questionado aos participantes sobre o tipo de moradia que possuíam e 39,0% alegaram ter casa própria, enquanto 29,3% afirmaram residir em casa não própria. Todos os resultados descritos anteriormente estão apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 - Características sociodemográficas de mães e/ou responsáveis acerca da vacinação infantil no período de setembro e outubro de 2022. Passos-MG, Brasil, 2022

Variáveis		n	%
Sexo da criança	Masculino	45	54,9%
	Feminino	37	45,1%
Idade da (s) criança (s):	<= 1 mês	3	4,1%
	>1 <=6 meses	30	41,1%
	>6 <=12 meses	16	21,9%
	>12 <=23 meses	24	32,9%
Responsável pelo preenchimento:	Mãe	70	85,4%
	Outro	12	14,6%
Idade da mãe e/ou responsável:	18 – 25 anos	26	31,7%
	26 – 35 anos	42	51,2%
	36 – 40 anos	8	9,8%
	> 40 anos	6	7,3%
Quantidade de filhos:	Um	47	57,3%
	Dois	22	26,8%
	Três	11	13,4%

	Quatro ou mais	2	2,4%
Escolaridade:	Ensino Fundamental Incompleto	2	2,4%
	Ensino Fundamental Completo	12	14,6%
	Ensino Médio Incompleto	6	7,3%
	Ensino Médio Completo	25	30,5%
	Ensino Superior	37	45,1%
	Não possui	0	-
Renda familiar mensal:	Até R\$1.500,00	23	28,0%
	R\$1.501,00 a R\$3.000,00	25	30,5%
	R\$3.001,00 a R\$4.500,00	10	12,2%
	R\$4.501,00 ou mais	24	29,3%
Tipo de moradia:	Própria	32	39,0%
	Própria com financiamento	18	22,0%
	Alugada	24	29,3%
	Emprestada	8	9,8%

Fonte: Elaborada pelo autor, 2022.

Posteriormente, na Tabela 3, foram apresentadas as respostas dos responsáveis em relação ao conhecimento acerca do calendário vacinal infantil.

Tabela 3- Instrumento a respeito do conhecimento das mães e/ou responsáveis acerca da vacinação infantil no período de setembro e outubro de 2022. Passos-MG, Brasil, 2022

Questões		n	%
Você sabe da importância da vacinação?	Sim	82	100,0%
	Não acho importante saber	0	-
	Não sei, mas gostaria de saber	0	-
	Sou contra a vacinação	0	-
Você conhece o Calendário Vacinal Infantil de zero a 1 ano, 11 meses e 29 dias?	Sim	59	72,0%
	Não	6	7,3%
	Não mas gostaria	17	20,7%
Quantas vacinas uma criança de zero a 1 ano, 11 meses e 29 dias deve tomar?	6 ou 7	6	7,3%
	10 ou 11	32	39,0%
	15 ou 16	18	22,0%
	Não sei	26	31,7%
A vacina BCG atua na prevenção de qual doença?	Poliomielite	26	31,7%
	Formas graves de Tuberculose	40	48,8%
	Pneumonia	2	2,4%
	Não sei	14	17,1%
A vacina DTP atua na prevenção de quais doenças?	Meningite, caxumba e coqueluche	9	11%
	Difteria; sarampo e rubéola	14	17,1%
	Difteria; tétano e coqueluche	30	36,6%
	Não sei	29	35,4%
	Vírus ou bactérias	61	74,4%

De acordo com seu conhecimento, as vacinas são produzidas a partir de:	Vírus ou fungos	2	2,4%
	Bactérias ou fungos	1	1,2%
	Não sei	18	22,0%
Você sabe o que é reação adversa?	Sim	70	85,4%
	Não	12	14,6%
Você sabe quais são as reações adversas mais comuns que as crianças podem ter após a vacinação?	Febre; dor local e vermelhidão	81	98,8%
	Dor local; erupções de pele e dor de garganta	0	-
	Febre; paralisia e tosse	0	-
	Não sei	1	1,2%
Você acha que a vacina pode trazer riscos para a criança?	Sim	0	-
	Não	72	87,8%
	Não sei	10	12,2%

Fonte: Elaborada pelo autor, 2022.

DISCUSSÃO

Após a análise dos resultados deste estudo foi evidenciado que a grande maioria dos indivíduos que responderam ao questionário elaborado eram mães das crianças que estavam presente na sala de vacinação e que tinham idade entre 26 e 35 anos, o que corrobora com uma pesquisa realizada por Carvalho et al., (2015) que relata que na grande maioria das vezes é a progenitora que fica responsável pela vacinação dos filhos. As mães são peças indispensáveis no processo de cobertura vacinal de suas crianças e mantê-las bem-informadas sobre seus benefícios é uma das maneiras de incentivar a prática da vacinação infantil.

Em relação à faixa etária, Santos e colaboradores (2020) afirmam que, a maternidade tem se dado cada vez mais tardivamente conforme a mulher conquista seu espaço na sociedade bem como o sucesso na sua carreira profissional, o que divergiu dos resultados encontrados neste estudo, uma vez que a maioria eram adultas jovens.

Quanto ao grau de instrução dos pais e/ou responsáveis, foi observado que a maioria delas possuía ensino superior completo. Um estudo encontrado na literatura afirma que quanto maior a escolaridade dos pais e/ou responsáveis, melhor a aceitação da vacinação e de programas vacinais no âmbito infantil. Além disso, quanto maior o grau de instrução dos responsáveis mais facilmente se dá o alcance por políticas públicas de saúde voltadas para educação em saúde (SANTOS et al., 2020).

No quesito renda familiar, alguns estudos realizados por Andrade et al., (2021) e Silva et al., (2020) afirmaram que a baixa renda familiar pode afetar diretamente a incompletude vacinal uma vez que níveis econômicos mais baixos estão associados a menores coberturas. Na presente pesquisa, observou-se que a grande maioria dos participantes afirmou não possuírem menos de um salário-mínimo o que corrobora com a maior adesão as práticas de vacinação além de que, majoritariamente o público-alvo afirmou possuir moradia própria.

No que diz respeito a importância da prática vacinal para os filhos, foi possível identificar que todas as mães e/ou responsáveis referiram ser de extrema importância à prevenção de doenças imunopreveníveis. Para os autores Guimarães et. al., (2020) a vacinação assume relevante importância tanto na proteção individual das doenças, quanto na proteção coletiva da população. Corroborando com estes achados, o ato da prática da vacinação deveria ser inquestionável a toda população uma vez que a mesma é considerada uma das tecnologias em saúde mais efetivas e que apresentam menor custo-benefício quando relacionado ao setor da saúde pública, principalmente nos países subdesenvolvidos que ainda possuem comprometimento nas condições sanitárias, além de escassez de recursos destinados às ações de saúde pública. Um estudo encontrado na literatura destaca a importância das instituições científicas e aquelas responsáveis pela criação de políticas públicas

recuperar a pauta da vacinação, sendo objetiva quanto a sua importância e necessidade para a prevenção de doenças imunopreveníveis (SOUTO et al., 2024).

Atualmente sabe-se que as vacinas foram responsáveis, isoladamente, por um incremento de cerca de 30 anos na expectativa de vida da população quando analisado os dois últimos séculos (ANDRADE; LORENZINI; SILVA, 2014; SLENDAK; CAMARGO; BURG, 2021). Considerando o calendário vacinal infantil, a maioria do público-alvo afirmou possuir conhecimento, contudo verificou-se que as mães e/ou responsáveis possuíam compreensão insuficiente sobre a prática da vacinação, pois não sabiam quantas vacinas deveriam ser administradas nas crianças e desconheciam quais doenças as vacinas conferiam imunidade.

Neste contexto, Cordeiro et al. (2019) corroboram com esses dados, uma vez que revelam que o saber dos pais ou responsáveis sobre o processo de vacinação é insuficiente, pois, a maioria da população ainda apresenta pouco ou quase nenhum conhecimento a respeito das vacinas aplicadas, colocando em risco a adesão das crianças ao calendário de vacinação infantil. O presente estudo indagou aos participantes sobre a produção das vacinas e a grande maioria das mães afirmaram que elas eram produzidas a partir de vírus e bactérias. Reforçando estas informações, de acordo com Santos et al., (2020) as vacinas são produzidas a partir de agentes patogênicos, como bactérias, vírus ou toxinas que, ao serem inoculadas no organismo, estimulam uma reação do sistema imunológico e a produção de anticorpos específicos contra o agente patogênico, conferindo assim imunidade ao indivíduo.

Quando perguntados a respeito do conceito de reações adversas a maioria dos participantes alegaram que sabem o significado do termo em questão e que, febre, dor local e vermelhidão, estão entre as mais comuns. Segundo alguns autores as manifestações locais como dor, rubor e calor são muito frequentes e podem ocorrer após a aplicação de qualquer vacina não se fazendo necessário a mudança do esquema vacinal nesses casos. Entretanto, em situações de reações graves, como, por exemplo, choque anafilático e convulsões, o esquema vacinal deve ser modificado ou suspenso (APS et al., 2018).

Por fim, para a maioria das mães e/ou responsáveis, a prática da vacinação não traz riscos para as crianças corroborando com a pesquisa realizada por Santos et al., (2020) que afirma que dentre os riscos relacionados ao ato de vacinar, considera-se como o mais importante a não vacinação.

Assim, é necessário ressaltar que embora o presente estudo tenha trazido informações importantes da sala de vacina referência do município, a pesquisa apresenta como limitação o fato do questionário ter sido aplicado apenas neste local, não sendo possível portanto, imputar estes resultados para o restante da população, uma vez que um aprofundamento da temática deve ser realizado, abordando mães e/ou responsáveis em outros locais, que não seja apenas nas salas de vacina.

CONCLUSÃO

A partir da realização desta pesquisa, evidenciou-se que as mães ou responsáveis que participaram do estudo têm um adequado nível de conhecimento mediante as práticas da vacinação infantil, além de se apresentarem cientes da importância que esta ação tem para seus filhos, colaborando para a promoção e manutenção de sua saúde. Todavia, mesmo com resultados satisfatórios concluiu-se também que as mães e/ou responsáveis apresentam dificuldades, ou até mesmo desconhecem qual vacina confere imunidade para determinada doença.

Neste contexto, por se tratar de um tema relevante para a saúde pública, é necessário que o poder público realize práticas de educação em saúde, visando melhorar o conhecimento deste público e assim sensibilizá-lo quanto a importância da vacinação infantil.

REFERÊNCIAS

- ABREU, P. D. T. C.; SOUZA, S. S.; FARIAS, M. T. D.; RODRIGUES, A. S.; SILVA, R. C.; DAMASCENO, E. O. A revolta da vacina (1904) e o Covid-19 (2020) no Brasil: Influências do crescimento urbano e socioeconômico. **Saúde Coletiva**, v. 12, n. 2, 2022.

ANDRADE, D. R. S.; LORENZINI, E.; SILVA, E. F. Conhecimento de mães sobre o calendário de vacinação e fatores que levam ao atraso vacinal infantil. **Cogitare Enfermagem**, v. 19, n. 1, 2014.

ANDRADE, M. V.; NORONHA, K.; CARDOSO, C. S.; OLIVEIRA, C. L.; CALAZANS, J. A.; SOUZA, M. N. Análise da concordância entre as informações reportadas pelas mães e dos cartões de vacina das crianças no Brasil (2013 e 2015). **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 29, n. 1, 2021.

APS, L. R. D. M. M., PIANTOLA, M. A. F., PEREIRA, S. A., CASTRO, J. T. D., SANTOS, F. A. D. O., FERREIRA, L. C. D. S. Eventos adversos de vacinas e as consequências da não vacinação: uma análise crítica. **Revista de Saúde Pública**, v. 52, 2018.

BARBIERI, C. L. A.; COUTO, M. T.; AITH, M. A. A (não) vacinação infantil entre a cultura e a lei: os significados atribuídos por casais de camadas médias de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 2, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Saúde Pública. **Calendário Básico de Vacinação da Criança**. Brasília, 2022.

CARVALHO, I. V. R. L.; OLIVEIRA, E. A. R.; LIMA, L. H. O.; FORMIGA, L. M. F.; SILVA, A. K. A.; ROCHA, S. S. Conhecimento das mães a respeito das vacinas administradas no primeiro ano de vida. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 19, n. 3, 2015.

CORDEIRO, E. L.; SILVA, L. S. R.; URQUIZA, J. L.; NASCIMENTO, M. A.; SILVA, R. M.; SOUZA, G. C. S.; DOUBERIN, C. A.; PIMENTA, C. S.; FILHO, E. B. M. Conhecimento das mães sobre o esquema vacinal de seus filhos assistidos em uma unidade básica de saúde. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 2, n. 1, 2019.

GARCIA, L. R.; MENEZES, L. M. S.; JESUS, A. B.; SOUZA, I. M.; CORRÊA, K. L. D.; MARQUES, L. R.; ALVES, E. A. C.; PIMENTEL, C. P. A importância da vacinação no combate ao sarampo. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 6, 2020.

GUGEL, S.; GIRARGI, L. M.; VANESKI, L. M.; SOUZA, R. P.; PINOTTI, R. O. E.; GUIMARÃES, M. G. S.; BRANCO, F. L. C. C.; OLIÁRT-GÚZMAN, H.; BRANA, A. M.; ESTRADA, C. H. M. L.; ARRÓSPIDE, N.; SILVA-NUNES, M. Avaliação da cobertura vacinal e fatores associados à aderência ao calendário vacinal em crianças menores de 5 anos em Iñapari, na Amazônia peruana. **Scientia Naturalis**, v. 2, n. 1, 2020.

LACHOWICZ, G.; VEIGA, J. F. P. Perceptions about the importance of vaccination and vacinal refusal: a bibliographic review. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 3, 2021.

MARTINS, K. M.; SANTOS, W. L.; ÁLVARES, A. C. M. A importância da imunização: revisão integrativa. **Revista de Iniciação Científica e Extensão – REleEn**, v. 2, n. 2, 2019.

OLIVEIRA, V. C.; RENNÓ, H. M. S.; SANTOS, Y. R.; RABELO, A. F. G.; GALLARDO, M.D. P. S; PINTO, I. O. Educação para o trabalho em sala de vacina: percepção dos profissionais de enfermagem. **Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro**, v. 6, n. 3, 2016.

OLIVEIRA, V. C. D.; TAVARES, L. O. D. M.; MAFORTE, N. T. P.; SILVA, L. N. L. R.; RENNÓ, H. M. S.; AMARAL, G. G.; VIEGAS, S. M. D. F. A percepção da equipe de enfermagem sobre a segurança do paciente em

sala de vacinação. **Revista Cuidarte**, v. 10, n. 1, 2019.

SANTOS, M. Q. S.; ARAÚJO, L. E.; SOUSA, C. C. F.; ARAÚJO, G. F.; REZENDE, G. M. S.; DAHER, M. C. O conhecimento sobre o calendário vacinal infantil até 15 meses de idade entre seus acompanhantes e os profissionais de saúde. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 4, 2020.

SATO, A. P.; BOING, A. C.; ALMEIDA, R. L.; XAVIER, M. O.; MOREIRA, R. D.; MARTINEZ, E. Z.; et al. Vacinação do sarampo no Brasil: onde estivemos e para onde vamos? **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 2, p.351-62, 2023.

SLENDAK, M. S.; CAMARGO, M. E. B.; BURG, M. R. A importância da vacinação: a opinião dos pais de crianças de 0 a 5 anos. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 4, 2021.

SLENDAK, M. S.; CAMARGO, M. E. B.; BURG, M. R. A importância da vacinação: a opinião dos pais de crianças de 0 a 5 anos. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 4, 2021.

SILVA, M. E. P.; FURLAN, M. C. R.; ULIANA, C. H.; JUNIOR, A. G. S.; BARRETO, M. S. Análise das internações hospitalares por sarampo no Brasil e na correlação com cobertura vacinal. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 37, 2024.

SOUTO, E. P.; FERNANDEZ, M. V.; ROSÁRIO, C. A.; PETRA, P. C.; MATTA, G. C. Hesitação vacinal infantil e COVID-19: uma análise a partir da percepção dos profissionais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 40, n. 3, 2024.